



Com o fim das UTIs, situação financeira do HPM torna-se crítica

Depois da desativação das Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs) do Hospital da Polícia Militar (HPM), no dia 21 de março deste ano, pelo Comando da PM, teve início uma reação em cadeia que tornou a unidade mais subutilizada do que já era, pois, com a retirada das UTIs, acabou também a retaguarda de pacientes internados, inclusive militares, naquela casa de saúde. Além disso, houve uma queda representativa no custeio do hospital, pois com o fechamento das UTIs foi diminuída a prestação de serviço do HPM ao Ipesaúde, o que, segundo o próprio diretor administrativo daquela casa de saúde, Coronel Lincoln Veras, fez com que o HPM se tornasse inviável financeiramente.

Agora, com uma dívida maior do que o custeio que recebe da Secretaria do Estado da Fazenda (Sefaz), o HPM, que possui uma estrutura predial até em boas condições, corre o risco de virar um "elefante branco", sem definição, *nem por parte do Governo do Estado e nem por parte da PM/SE*, de como funcionará daqui para frente, podendo até fechar as portas. Hoje o HPM possui apenas cinco pacientes internados, os quais estão em quadros de saúde que não representam risco de morte.

"O nosso custeio é bem baixo.

Nós temos despesas de R\$ 264 mil e temos um custeio da Sefaz de R\$ 100 mil e, por causa da defasagem de pessoal e de equipamentos, só conseguíamos faturar em serviços prestados ao Ipesaúde em torno de R\$ 190 mil. Então, eram R\$ 290 mil de custeio e despesas de R\$ 264 mil, estava sobrando em torno de R\$28 a R\$30 mil para a compra de medicamentos, materiais e toda a manutenção do hospital em todos os sentidos. Hoje o HPM está financeiramente inviável", declarou. Ele lembra que em sua origem o hospital foi criado para atender policiais militares e seus familiares e que em 24 de outubro de 2004 essa situação mudou. "Esse foi o dia em que o Ipesaúde mudou o seu Pronto Atendimento para o HPM. Nós passamos a atender os servidores públicos do Estado de Sergipe. O fim da UTI foi um entendimento do Comandante da PM, o qual eu não concordo, mesmo porque com a UTI fechada aconteceu um efeito cascata. Eu diminuo a prestação de serviço ao Ipesaúde, conseqüentemente os recursos financeiros, que já eram curtos, passam a ser insignificantes", declarou.

Segundo o coronel Lincoln, uma das alegações para o fechamento da UTI, seria a de que os médicos que atuavam neste setor não eram profissionais concursados

“

Hoje, somente 30% dos militares ainda utilizam o HPM”

Lincoln |
Coronel

para esta função, porém, de acordo com o coronel, todos teriam experiência na área. "O comandante geral achou melhor priorizar a parte de laboratórios e consultas do hospital. Tínhamos sete médicos militares na UTI, os quais não haviam sido concursados para serem intensivistas. Um deles, por exemplo, é pediatra, muito embora ele trabalhe para o Samu. Havia também um cardiologista, que é chefe da UTI de um hospital particular e um cirurgião geral que dá plantão na UTI deste mesmo hospital, mas o comando entendeu que esses médicos estavam desviados das suas especialidades, deslocando os sete profissionais da UTI, que davam cobertura a cinco leitos, para fazer consultas ambulatoriais, o que fez com a UTI do HPM fechasse", ressalta.

Hospital da Polícia Militar de Sergipe acabou também a retaguarda de pacientes internados, inclusive militares

• A exoneração

Devido ao estado em que o Hospital da Polícia ficou após o fechamento da UTI, além de outros fatores que não quis mencionar, o Coronel Lincoln solicitou ao Comando Geral da PM a sua exoneração. "Do ponto de vista financeiro, por conta do fechamento da UTI e de uma série de coisas que vem acontecendo com o Hospital. Essas são afirmações de um gestor que tem responsabilidade e que não se prende a questões mesquinhas. Eu espero que as autoridades tomem uma decisão sobre a situação do Hospital da Polícia", afirmou.

• Para que serve o HPM?

Ainda de acordo com o Coronel Lincoln, hoje, somente 30% dos militares ainda utilizam o HPM. Ele expôs que após a melhoria salarial que a categoria teve, muitos preferiram pagar por planos de saúde e são atendidos em qualquer Hospital da rede particular de saúde. O Hospital teria capacidade para 64 leitos, mas devido à defasagem de funcionários, esse número caiu para 25. "Não temos enfermeiros suficientes para cuidar desses pacientes, agora temos apenas cinco", concluiu.

• PM/SE

De acordo com o representante da PM/SE, Major Paulo Paiva,

o comandante não fez isso por qualquer outra razão, que não fosse a de manter a legalidade. "No Hospital da Polícia não há médicos que não tenham sido concursados para trabalhar na UTI, isso é fato. Eles foram concursados para o atendimento ambulatorial, era uma situação de ilegalidade. Era um desvio de função para um trabalho desenvolvido em uma UTI precária, tanto que o MPE impetrou uma Ação Civil Pública e conseguiu inclusive uma liminar pela justiça, obrigando a administração pública a oferecer uma melhor condição para essas unidades", declarou.

Ele ressalta que a UTI possuía seis leitos, dos quais só quatro estavam funcionando. "Em detrimento disso, nós tínhamos os ambulatorios desfalcados. O comandante é a favor que haja a UTI. Ele só não concorda que fosse com os médicos concursados para fazerem um atendimento ambulatorial. Esse é um problema que precisa ser resolvido. Hoje tem cinco pacientes lá porque a maioria dos internados lá sempre foi do Ipesaúde. É preciso perceber que é o Ipesaúde que necessita do atendimento da UTI, então é preciso encontrar uma solução junto ao Ipesaúde para que a UTI possa funcionar normalmente. O Comando tem o interesse que o HPM seja o melhor instrumentado possível.

Precisamos trabalhar de forma lícita, que sejam possíveis sem ferir a lei", concluiu.

• Ipesaúde

A reportagem do **Correio de Sergipe** tentou contato, por telefone, com o presidente do Ipesaúde, Vinícius Barbosa, mas não conseguiu. Em entrevista anterior, concedida ao CS, Barbosa declarou que legalmente uma autarquia como o Ipesaúde não pode colocar funcionários para trabalhar no HPM. Ele disse também que se há pacientes do Ipesaúde no HPM é porque foi contratado o serviço do Hospital para isso. "Nós pagamos por isso. Se o HPM não está prestando o serviço, iremos transferir para outros hospitais. Nós temos contratos com todos os outros hospitais. Temos muitas opções para este atendimento", completou.

• MPE

Ainda no mês passado, o **Ministério Público Estadual** entrou com uma Ação Civil Pública (ACP) contra o Estado de Sergipe para pedir ao Poder Judiciário que determine que os seis leitos da UTI do HPM fossem reativados no prazo de 60 dias. No dia 15 de março a justiça emitiu uma liminar a favor da ACP movida pelo **MPE**, que em caso de descumprimento deverá pagar R\$5 mil de multas diárias.